

PARTIDOS

Escola cai com enredo de Lula

Protagonista da maior polêmica do carnaval do Rio, estreante Acadêmicos de Niterói é rebaixada no desfile das escolas de samba

» ALÍCIA BERNARDES
» VANILSON OLIVEIRA

Acadêmicos de Niterói foi rebaixada do Grupo Especial do carnaval do Rio de Janeiro ao ficar na última colocação, após a apuração das notas, ontem, na Cidade do Samba (Zona Portuária). Em sua estreia na elite do samba carioca, a escola obteve apenas duas notas 10 e acumulou perdas significativas em outros quesitos, decorrentes, sobretudo, de problemas na dispersão, que marcaram o encerramento de sua apresentação, na primeira noite de desfiles na Marquês de Sapucaí, domingo.

Se a Acadêmicos foi rebaixada, a grande vencedora do carnaval carioca também saiu de Niterói: a Unidos do Viradouro conquistou seu quarto título, com enredo que homenageia Mestre Ciga, um dos grandes mestres de bateria do Rio (leia na página 6).

O desfile da novata teve como enredo *Do Alto do Mulungu surge a esperança: Lula, o operário do Brasil*, que apresentou a trajetória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde a infância no Nordeste, passando pela migração para São Paulo, o trabalho como torneiro mecânico e a liderança sindical, até a chegada à Presidência da República. A proposta artística, no entanto, transbordou a avenida e se tornou um dos episódios mais politizados do carnaval deste ano. O desfile incluiu representações de autoridades e ex-presidentes, como o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro. O ex-presidente foi retratado com alegorias de presidiário e de palhaço.

Do ponto de vista técnico, a apresentação foi comprometida no encerramento. Alegorias ficaram presas na área de dispersão, houve correria entre componentes e uma das estruturas permaneceu no local mesmo após o término do desfile. A Imperatriz Leopoldinense, escola que se apresentou em seguida, alegou prejuízo em razão do incidente.

O enredo da Niterói foi alvo de, pelo menos, 10 ações judiciais e representações no Ministério Público e no Tribunal de Contas da União, sob a alegação de que o desfile configuraria propaganda eleitoral antecipada. Houve pedidos para barrar a apresentação, suspender repasses públicos e, até, impedir a presença do presidente na Sapucaí.

O caso chegou ao plenário do Tribunal Superior Eleitoral que, por unanimidade, rejeitou pedidos de liminar para impedir o desfile, sob o argumento de que a proibição poderia caracterizar censura prévia. Os ministros, contudo, advertiram que eventuais excessos

poderiam ser analisados posteriormente. Após a decisão, o PT orientou militantes e convidados a evitarem manifestações que pudessem ser interpretadas como campanha antecipada. O governo federal negou irregularidades, afirmou não ter participado da escolha do enredo e sustentou que o financiamento público às escolas segue critérios regulares. Depois do desfile, Lula elogiou a apresentação nas redes sociais, gesto que reacendeu críticas da oposição.

Exploração política

Parlamentares passaram a associar o rebaixamento da escola à homenagem ao presidente, explorando politicamente o resultado. O deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) escreveu que a queda da escola “mostra como Lula está afundando o Brasil”. O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), comemorou o resultado, enquanto outros deputados do partido, como Capitão Alberto Neto, Bia Kicis, Gustavo Gayer e Mario Frias, publicaram vídeos, montagens e conteúdos irônicos, alguns com uso de inteligência artificial.

Um dos pontos de maior repercussão negativa foi a ala intitulada Conservadores em conserva, que retratava famílias dentro de latas, algumas com símbolos religiosos. A representação gerou forte reação de parlamentares ligados à bancada evangélica e ampliou o desgaste do governo junto a um segmento do eleitorado historicamente distante do PT. A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) classificou a ala como “inadmissível” e criticou o uso de recursos públicos para, segundo ela, ridicularizar a fé evangélica. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro também se manifestou, afirmando que o desfile expôs a fé cristã ao escárnio.

Embora integrantes do governo ressaltem o valor simbólico de exaltar a trajetória pessoal e política de Lula, a avaliação predominante no Planalto é que o saldo foi negativo. O entendimento é que a homenagem gerou mais desgaste do que ganhos políticos, somando o rebaixamento da escola, a judicialização do desfile e a intensificação de críticas de adversários.

Em nota divulgada após a apuração, a Acadêmicos de Niterói afirmou que sofreu perseguição durante todo o processo carnavalesco em razão do enredo escolhido e disse ter enfrentado ataques de setores conservadores. O PT, por sua vez, reiterou que o desfile constitui expressão artística e cultural, organizada de forma autônoma pela escola, e sustentou que a ausência de pedido explícito de votos afasta a caracterização de propaganda eleitoral antecipada.

João Salles | Riotur



Acadêmicos de Niterói defende o enredo sobre a vida de Lula, mas não evita o rebaixamento da escola novata no Grupo Especial: só o samba tirou 10



Sofremos ataques políticos, enfrentamos setores conservadores e, de forma ainda mais grave, lidamos com perseguições vindas de gestores do próprio carnaval carioca. Mesmo pressionada, a Acadêmicos de Niterói não se curvou. Nos posicionamos, resistimos e levamos para a avenida um desfile verdadeiro, potente e coerente com a nossa identidade"

Trecho da nota oficial da Acadêmicos de Niterói

PT denuncia Flávio ao TSE

» WAL LIMA

O deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) protocolou uma representação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra o ex-ministro do Turismo do governo Bolsonaro Gilson Machado Neto e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que é pré-candidato à Presidência da República, por propaganda eleitoral antecipada.

De acordo com o petista, a ação pede a concessão de liminar para retirada imediata de conteúdos divulgado nas redes sociais, nos quais Machado aparece fixando adesivos com a frase “O Nordeste está com Flávio Bolsonaro 2026”, com a declaração: “Vou eleger o homem. Nosso presidente”, em uma manifestação que, segundo Farias, caracteriza promoção eleitoral fora do período legal.

“A conduta viola o art. 36 da Lei nº 9.504/1997, que proíbe propaganda eleitoral antes de 15 de agosto do ano da eleição, e compromete a igualdade de condições entre os futuros candidatos, princípio protegido pela Constituição Federal. Nossa representação sustenta que o conteúdo reúne elementos típicos de



PT diz que pré-candidatura de Flavio (e) foi turbinada por Gilson nas redes

campanha, como identificação nominal do beneficiário, referência direta ao pleito e mensagem explícita de apoio eleitoral, configurando tentativa de antecipar a disputa e influenciar o eleitorado de forma indevida”, afirmou o parlamentar.

Lindbergh ainda pontuou que além da retirada do conteúdo e da aplicação de multa, também está requerendo que o caso seja encaminhado ao Ministério Público Eleitoral (MPE) para apuração de eventual

abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação.

“É fundamental que a Justiça Eleitoral atue para garantir o respeito ao calendário eleitoral e preservar a legitimidade das eleições, impedindo que candidaturas sejam promovidas antecipadamente em desacordo com a legislação vigente”, frisou ele na publicação. Flávio Bolsonaro e Gilson Machado, até o fechamento desta edição, não se manifestaram sobre a denúncia.

ATOS GOLPISTAS

Moraes arquiva denúncia contra Zambelli

Ed Alves/CB/D.A Press

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), arquivou, ontem, o inquérito aberto contra a ex-deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) pelos crimes de coação no curso do processo e obstrução de investigação. Uma apuração foi aberta antes de dela ser presa na Itália, em julho, e apurava as circunstâncias em que a então parlamentar deixou o Brasil. O magistrado seguiu o entendimento da Procuradoria-Geral da República (PGR) — que apontou ausência de elementos comprobatórios.

A investigação foi aberta no ano passado com a justificativa de que as declarações de Zambelli indicavam fuga e confissão de condutas criminosas que atentaram contra as instituições democráticas. As ações da então parlamentar também haviam sido relacionadas com a atuação de Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que está nos Estados Unidos e é suspeito de planejar retaliações contra as autoridades brasileiras para beneficiar Jair Bolsonaro — condenado



Presa na Itália, Zambelli aguarda julgamento de pedido de extradição

a 27 anos de prisão por liderar uma tentativa de golpe de Estado.

A PGR entendeu que insinuações de Zambelli não se concretizaram. “Uma vez esgotadas as diligências complementares, não se vislumbram elementos aptos a embasar o início do processo penal, tampouco linha inquisitorial voltada à obtenção desses

elementos”, disse o procurador-geral, Paulo Gonet.

Moraes seguiu o entendimento da Procuradoria e determinou o arquivamento. “Tendo o Ministério Público requerido o arquivamento no prazo legal, não cabe ação privada subsidiária, ou a título originário, sendo essa manifestação irretratável, salvo

no surgimento de novas provas”, afirmou o ministro.

Extradição

Zambelli está presa na Itália, onde aguarda decisão da Justiça quanto a um processo de extradição para o Brasil. Em maio do ano passado, ela foi condenada por unanimidade pela Primeira Turma do STF pelos crimes de invasão de dispositivo informático e falsidade ideológica. Os integrantes do colegiado definiram 10 anos de prisão para a parlamentar, além da cassação, inelegibilidade e pagamento de multa.

Em junho, ela fugiu para a Itália a fim de driblar a Justiça. Dias depois de ser procurada pela Interpol, foi presa nos arredores de Roma. Segundo a investigação da Polícia Federal, a ex-deputada e o hacker Walter Delgatti Netto teriam invadido seis sistemas do Judiciário por 13 vezes. Eles inseriram 16 documentos falsos, incluindo um mandado de prisão contra Alexandre de Moraes e ordens para quebra de sigilo bancário e bloqueio de bens do magistrado.

Lavinia de Melo Borba
Escola Classe 02, Riacho Fundo 1

Educação

Este GDF já investiu mais de R\$ 260 milhões no Cartão Material Escolar.

Consulte o saldo do seu cartão no aplicativo BRB Social e confira as papelarias credenciadas.

GDF

GOVERNO QUE FEZ. GOVERNO QUE FAZ.